

Avança conversação com a Reitoria sobre avaliação institucional

Na reunião de 22/4, Reitoria e Adusp debatem a proposta de avaliação institucional, e o reitor anuncia envio ao CO de resolução que retifica procedimentos que dão margem a arbitrariedades (p. 3 e 4)

Estudantes protestam contra perseguição política

Daniel Garcia



No dia 22/4, o DCE realizou um ato contra a perseguição política que os estudantes vêm sofrendo na Universidade. O ato contou com a presença de representantes do Sintusp, da APG e da Adusp, esta representada pela professora Raquel Casarotto, diretora da entidade.

O protesto, que contou com a participação de cerca de 200 pessoas, teve início no gramado em frente à Reitoria. Depois, os manifestantes partiram em passeata até o Portão 1 da Cidade Universitária. Na entrada da USP, eles exibiram cartazes e distribuíram panfletos aos motoristas, denunciando a intenção da Reitoria de transformar uma questão política em caso de polícia.

Recentemente, quatro estudantes foram intimados a depor na Polícia Civil, sobre o ato ocorrido em 26/6/2001, que culminou na ocupação da sala do Conselho Universitário. Nesse dia, seria votada na reunião do CO a proposta de regulamentação da presença das fundações de direito privado na USP ("fundações de apoio"). A ocupação aconteceu para que o assunto não fosse aprovado sem que a questão fosse previamente discutida com a comunidade acadêmica.

Como retaliação aos acontecimentos de 26/6, foi requisitada à Polícia abertura de inquérito, e a Reitoria instaurou processo administrativo contra nove estudantes, baseada no Regime Disciplinar datado de 1972, criado pela ditadura militar.

Assembléia aprova relatórios e balanços financeiros

Ocorreu no dia 24/4 às 17h00, no auditório Abraão de Moraes, do Instituto de Física, a assembléia ordinária da Adusp, a qual, conforme previsto no Regimento da entidade, é obrigatória e deve aprovar os relatórios da Diretoria, da Tesouraria, das diretorias regionais e do Conselho de Representantes (CR).

Na última reunião do CR, em 18/4, os conselheiros haviam aprovado seu relatório e todos os balanços financeiros mensais da Tesouraria, que servem de base para o relatório da Tesouraria. Foram também entregues na ocasião cópias das minutas dos demais relatórios que seriam submetidos à assembléia. Todos esses documentos estavam disponíveis para os presentes na assembléia e foram aprovados por unanimidade.

Campanha salarial

O outro item tratado na assembléia foi a campanha salarial. Informou-se que a pauta de reivindicações aprovada pelo Fórum das Seis foi protocolada na secretaria do Cruesp — agora sediada na Reitoria da Unesp, em São Paulo — no dia 16/4. Na ocasião houve o ato de lançamento da campanha salarial de 2002, que contou com a presença de re-

presentantes de todas as entidades que compõem o Fórum, e também dos estudantes representados pela delegação do DCE da USP.

Merece destaque o fato de que nem o novo presidente do Cruesp, que é o Reitor da Unesp, nem o novo secretário executivo desse conselho, estiveram presentes para receber a pauta.

No dia 22/4, o professor Luiz Antonio Vane, secretário-executivo do Cruesp, comprometeu-se, por meio de sua secretária, a agendar a primeira reunião de negociação até a data da reunião seguinte do Fórum, marcada para 26/4, na sede da Adusp. Isso, no entanto, não ocorreu.

Nossa experiência mostra a importância da mobilização para que o Cruesp responda às nossas demandas. As contas das universidades e as previsões de arrecadação do Estado permitem contemplar o reajuste de 16% que pleiteamos. Esse valor corresponde à correção inflacionária dos últimos 12 meses (medida pelo ICDV-Dieese), mais uma compensação pela redução dos gastos com pessoal ocorrida em 2001. Ter condições de fazer essa cobrança, e avançar em relação aos demais itens da pauta, depende fundamentalmente de todos nós.

Sucessão no campus de RP acende polêmica

A sucessão na Reitoria da USP, em fins de 2001, talvez tenha desencadeado o processo de sucessão na Prefeitura do campus de Ribeirão Preto. A transição consumou-se há poucos dias com a posse da professora Emília Campos de Carvalho, ex-diretora da Escola de Enfermagem (EERP), no cargo que durante quase sete anos, desde junho de 1995, foi exercido pelo professor Moacyr Antonio Mestriner.

São muitas as peculiaridades do campus de Ribeirão Preto. A Prefeitura do campus administra uma área de 270 hectares, freqüentada por uma população flutuante que chega a 10 mil pessoas por dia, em razão do atendimento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina. A Prefeitura tem poder decisório em atividades e serviços acadêmicos que lhe são diretamente subordinados, como a Biblioteca Central, o Biotério e as oficinas.

O "colegiado central" do campus é o CORP, que não interfere em atividades acadêmicas, mas tem entre as suas atribuições a prerrogativa de indicar a lista tríplice de onde é escolhido, pelo Reitor, o nome do Prefeito ou Prefeita. No entanto, a eleição tem um aspecto exótico, pois o cargo de Prefeito do campus não tem mandato... É apenas um cargo de confiança, cujo ocupante pode ser demitido a qualquer momento pelo Reitor.

Mobilização

A sucessão na Prefeitura do campus mobilizou a comunidade. A Adusp Regional promoveu debate entre os candidatos, consultas foram realizadas, cartas de apoio foram distribuídas. No entanto, o desfecho do processo provocou intensa polêmica.

O nome mais votado no CORP foi o do próprio professor Mestriner, indicado para a lista tríplice já no primeiro escrutínio, com 9 votos em 16. Somente no terceiro es-

crutínio os nomes da professora Emília e do professor Aparecido foram incorporados à lista tríplice, nesta ordem, ambos com 8 votos.

Na consulta realizada pela Arfusp, entidade dos funcionários, o mais votado foi o professor Aparecido, com 283 votos, de um total de 801. O professor Mestriner recebeu 241 votos, e a professora Emília, 232.

Apesar desses resultados, o reitor Adolpho Melfi terminou fixando-se no nome da ex-diretora da EERP, depois que lhe foi enviada uma carta, assinada por três diretores e dois vice-diretores de unidades (Odontologia, Medicina, Enfermagem, Filosofia e Farmácia), os quais opunham-se à manutenção do professor Mestriner no cargo de Prefeito.

Desde 22/4, o Informativo Adusp tentou seguidas vezes entrevistar a professora Emília, sem sucesso. No dia 25/4, sua assessoria informou que a Prefeitura estava "sem tempo" para atender o repórter, em razão de diversos compromissos.

Balanco

O ex-prefeito, professor Mestriner, prefere não comentar o processo sucessório. Ele considera "absolutamente positivo" o balanço da sua gestão. Segundo o professor, o campus sofrerá "uma tremenda expansão nos próximos anos", em razão dos novos cursos ali instalados, e a estrutura deve se adequar urgentemente às novas demandas.

Destaca como suas principais iniciativas a complementação da floresta da USP, o funcionamento da Rádio FM, início das atividades da central de tratamento de resíduos químicos, continuação da implantação do novo projeto de segurança do campus e a definição do complexo poliesportivo.

As críticas da comunidade à sua gestão concentram-se no autoritarismo que marcou o relacionamento com as entidades, nos problemas enfrentados pelo Biotério e na cobrança de taxas pelos serviços

prestados pelas oficinas.

Ele responde afirmando que as instalações atuais estão ultrapassadas e que será preciso construir um novo Biotério, o que exige alto investimento. "Trocar pessoas não resolve", diz. Quanto às oficinas, garante que a decisão de cobrar dos departamentos pagamentos pelos serviços prestados por elas "é da Codage, com aval do Fundusp".

Durante a greve de 2000, o professor Mestriner impediu a realização de assembléias no restaurante. Ele tenta explicar: "Administrar não é agradar todo mundo. Tinha que dar garantias aos funcionários (os que não queriam entrar em greve) de que eles pudessem adentrar o refeitório".

Críticas ao processo

O professor Aparecido, ex-diretor da Faculdade de Filosofia e o mais votado na consulta da Arfusp, critica o processo eleitoral. "As informações que chegavam eram de que o debate seria infrutífero, porque a decisão maior caberia necessariamente ao CORP. Eu era o único candidato estranho ao CORP. O presidente, que era o professor Mestriner, deveria ter chamado os três candidatos para apresentarem suas idéias no CORP. Eu não fui ouvido", frisa.

Apesar disso, ele considera que deveria prevalecer o voto do colegiado. "O voto da comunidade não tem amparo legal, embora seja democrático. Ainda que o Reitor tenha a prerrogativa de escolher um dos nomes da lista tríplice, entendo que aquele que foi escolhido pela maioria do CORP deveria ter sido o escolhido pelo Reitor".

O professor Aparecido confirma a existência da carta enviada pelos diretores e vice-diretores em defesa da professora Emília. "Ovi do próprio professor Melfi que ele recebeu a carta. Meu vice-diretor, professor Francisco Leone, confirmou que havia uma carta. Sei que foi enviada, depois do

processo eleitoral. Acho que não foi apropriado. Eu disse ao professor Leone que me sentia envergonhado de tê-lo como vice-diretor. O processo poderia ter sido mais saudável".

As críticas do professor Aparecido são rebatidas pelo professor Leone. "De fato, eu assinei a carta. O compromisso dos diretores do campus era com reformas, porque sentíamos que o campus estava necessitando de reformas. Me senti à vontade para assinar esse documento, porque o único candidato com um programa condizente com essas aspirações era a professora Emília", afirma o professor Leone. "Não me lembro de ele ter falado que se sentia envergonhado", completa.

"Figura importante"

O professor Benedito Machado, membro do Conselho de Representantes da Adusp, considera que os últimos acontecimentos deixaram a descoberto tanto o papel pouco efetivo do CORP, como a relação clientelista entre a Reitoria, o Prefeito do campus e os diretores das unidades locais.

"O Prefeito é uma figura importante, deveria ter liderança acadêmica e um certo status de reitor no âmbito local. Isso, contudo, não interessa aos diretores, que não aceitam que ele tenha um status maior. Por isso há um certo bombardeio dos diretores ao Prefeito".

Segundo o professor, no modelo atual de relacionamento entre o campus da USP e a administração central "o Prefeito fica como capataz do Reitor na Fazenda Monte Alegre". Ele faz alusão, assim, à antiga fazenda de café onde se localiza hoje a USP de Ribeirão Preto.

De acordo com o professor Machado, "o CORP ficou anos sem se reunir", e, ao longo dos anos, sucessivos prefeitos do campus não deram atenção ao CORP. Assim, diz ele, o colegiado só é chamado a manifestar-se quando interessa a quem o controla.

Adusp e Reitoria debatem avaliação institucional

Realizou-se em 22/4, a convite do Reitor, uma reunião entre representantes da Adusp e da Reitoria para discussão da proposta de mudança no Regimento Geral da USP, relativa à avaliação institucional e à Comissão Permanente de Avaliação (CPA), encaminhada pela Reitoria ao Conselho Universitário.

Participaram da discussão, pela Adusp, os professores Ciro Correia, presidente, Francisco Miraglia e Suzana Salem Vasconcelos, participantes do grupo de trabalho sobre avaliação; Lea Francesconi e Roberto Ramos, membros do Conselho de Representantes da entidade. Além do reitor Adolpho Melfi, estiveram presentes os pro-

fessores Helio Nogueira da Cruz, vice-reitor, Umberto Cordani, presidente da CERT e coordenador da CPA, Walter Colli, presidente da CLR e Celso de Barros Gomes, chefe de gabinete da Reitoria.

Na ocasião foi entregue ao Reitor a relação dos docentes que se cadastraram na Adusp para os quais a CERT tem, indevidamente, solicitado relatórios, questionado os regimes de trabalho ou utilizado o recurso de duvidoso fundamento legal e ético de desligá-los e, em seguida, admiti-los em RDIDP. O ofício de encaminhamento desta relação pede providências no sentido de que sejam resolvidos todos os casos de docentes que se encontrem nestas situações (leia texto na página 4). No contex-

to desses problemas, o Reitor informou que a Reitoria está encaminhando para a próxima reunião do CO minuta de nova resolução, com o objetivo de retificar o procedimento atual, previsto nos editais de concurso, de encaminhar os processos dos ingressantes para a CERT.

O texto proposto, lido na ocasião, passa a prever que nos concursos de ingresso de professor doutor e professor titular os processos sejam encaminhados para a CERT apenas e tão somente quando o ingressante vier de fora dos quadros docentes da USP, ou quando estiver na USP, no momento do concurso, em regime outro que não o RDIDP.

O Reitor iniciou a reunião explicando que solicitou o encontro motivado pelas críticas da Adusp, publicadas nos informativos, à proposta da Reitoria de mudança no Regimento Geral. Afirmou que a reunião teria o objetivo de dirimir dúvidas de ambas as partes.

Com a palavra a Adusp

Os representantes da Adusp apresentaram sua avaliação da proposta da Reitoria. Esclareceram que a providência de substituir o Capítulo IV do Título VI *Da Avaliação Docente* por *Da Avaliação Institucional* era muito boa.

A Adusp tem, em inúmeras oportunidades, manifestado a sua compreensão de que não compete à administração central realizar avaliações individuais. Estas devem se encerrar nas unidades, com critérios decididos localmente, de forma democrática. A mudança de título apresentada pela Reitoria caminha neste sentido. Entretanto, diversos aspectos da proposta da Reitoria, do ponto vista da Adusp, não são aceitáveis.

Em primeiro lugar foi explicado que a Adusp considera inadequado que a avaliação institucional seja “feita por Comissão Permanente de Avaliação (CPA), a quem

compete estabelecer diretrizes para essa finalidade...”, como consta na proposta de nova redação para o Artigo 202. No entender da Adusp, a CPA poderia ter a função de coordenar um processo de avaliação institucional com diretrizes estabelecidas democraticamente pela comunidade após amplo debate.

Uma proposta de avaliação institucional deve ter como referência um projeto de universidade elaborado com base em sua função social. Também foi criticado o § 1.º, item 1, da proposta da Reitoria, onde está previsto que para desempenhar suas atividades a CPA poderá valer-se de “relatórios de atividades dos docentes, empregados na elaboração dos relatórios anuais de atividades do Departamento”. Trata-se de uma interferência indevida no procedimento adotado pelos departamentos para elaboração de seus relatórios. Há um grande elenco de métodos para se fazer relatórios institucionais, não sendo obrigatório o uso de relatórios individuais. Foi enfatizado que avaliação institucional é qualitativamente diferente de avaliação individual, não sendo a primeira uma simples superposição da segunda.

Está previsto no § 2.º da proposta da Reitoria que “Para melhor cumprir seus objetivos, a CPA poderá, a qualquer tempo, solicitar relatórios ou informações a Departamentos, Unidades e Órgãos de Integração e Complementares, bem como fazer uso de pareceres de consultores estranhos à Universidade”. Assim, a CPA poderia interferir no andamento das atividades das unidades, o que as prejudicaria. O §3.º prevê que “O número de membros, as atribuições e a estrutura administrativa da CPA serão definidos em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário”. Por que não no *caput*?

Também foi questionada a recomendação que consta no ofício do coordenador da

Adusp-S.Sind.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 22 e 23 de maio de 2002, das 9h às 21h* para todas as unidades relacionadas abaixo. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição dos candidatos se encerra no dia 20 de maio de 2002, às 19h.

São Paulo, 15 de abril de 2002

Prof. Ciro Teixeira Correia
Presidente da Adusp-S.Sind.

Unidades que deverão eleger representantes:

Escola de Educação Física e Esportes; Escola de Enfermagem (suplente); Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Escola Politécnica (suplente); Faculdade de Odontologia de Bauru; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto; Faculdade de Direito; Faculdade de Economia e Administração; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Faculdade de Medicina; Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto; Faculdade de Saúde Pública; Instituto Astronômico e Geofísico; Instituto de Biociências; Instituto de Ciências Biomédicas; Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos; Instituto de Estudos Brasileiros; Instituto de Eletrotécnica e Energia; Instituto de Física; Instituto de Física de São Carlos; Instituto de Geociências; Instituto de Matemática e Estatística; Instituto de Psicologia; Instituto de Química de São Carlos; Instituto Oceanográfico (suplente); Museu de Arte Contemporânea; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu Paulista; Museu de Zoologia.

* O horário poderá variar de unidade a unidade.

atual CPA, que acompanha a proposta, de que "A USP deverá criar e manter uma estrutura funcional, ligada à Reitoria, com corpo técnico formado por profissionais competentes em avaliação acadêmica, para apoio da nova CPA, na coleta e interpretação dos dados inerentes aos diversos níveis de avaliação". Foi enfatizado que não é aceitável que a avaliação institucional fique submetida a tecnocratas. Os representantes da Adusp ressaltaram ainda que avaliações quantitativas como as que vêm sendo praticadas na USP causam graves distorções no trabalho acadêmico, que vão desde a escolha de temas de pesquisa até a forma de desenvolvê-los.

A Reitoria responde

O professor Melfi reafirmou com clareza que no seu entender as avaliações individuais devem ser feitas nas unidades e que a proposta da Reitoria de avaliação institucional não envolve avaliações individuais. Foi acompanhado, nesta opinião, pelos outros professores que representavam a Reitoria. Ressaltou a importância de se estabelecer na USP uma cultura de avaliação e manifestou seu apoio a um amplo debate nas unidades sobre esse tema.

O professor Hélio lembrou a apresentação, no fórum

de Políticas Universitárias promovido pela Reitoria em 2001, de relatório de um grupo de trabalho sobre avaliação, criado com motivação em pedidos do Conselho Estadual de Educação. A sugestão de que se crie um corpo técnico para dar suporte a CPA, no seu entender, não foi bem compreendida pela Adusp. Seriam técnicos que assessorariam a CPA em assuntos como informática ou estatística, por exemplo. De modo algum, explicou o vice-reitor, há a intenção de se criar um grupo de tecnocratas aos quais os membros da CPA estariam submetidos. O professor Hélio considera que, em relação ao assunto em pauta, as opiniões da Reitoria e da Adusp são próximas. Chamou a atenção para a importância e a urgência de se fazer estas mudanças no Regimento Geral.

O professor Cordani apresentou um longo histórico da CPA (atualmente composta pelos membros da Comissão de Atividades Acadêmicas, CAA, e pelos membros da CERT, sob coordenação do presidente desta última) e relatou as dificuldades da CPA com sua atual constituição. Afirmou que concorda com a orientação do Reitor de que a CERT deveria retornar às suas funções originárias de verificação dos regimes de trabalho e não fez objeções a discussões am-

plas na comunidade sobre avaliação institucional.

O professor Colli sugeriu modificações, baseadas nas críticas da Adusp, que foram encampadas pelos membros da Reitoria. Estas modificações incluem a mudança de caráter da CPA para o papel de coordenadora do processo de avaliação, a retirada da menção aos relatórios individuais dos docentes, bem como a retirada da possibilidade de pedido de relatório a qualquer tempo, substituída por pedidos de informação.

Debate amplo

A Adusp manifestou sua convicção de que antes de se definir formas de avaliação e aprovar uma mudança no regimento que estabelece composição e atribuições da CPA é necessário que se instale na universidade um amplo processo de discussão sobre a função social da universidade. É neste contexto que a avaliação da universidade, como instituição, deve ser pensada. Qualquer proposta de avaliação está baseada em uma concepção de universidade que deve ficar explícita.

Foi apresentada pela Adusp a proposta de que o CO monte uma comissão, coordenada pelo vice-reitor, para organizar um amplo debate na universidade, que deveria ocorrer no segundo semestre de 2002. O início de 2003 seria o prazo pa-

ra o CO aprovar uma mudança no Regimento Geral que tivesse origem neste debate e que portanto teria respaldo da comunidade. O Vice-Reitor lembrou que enquanto não se aprova uma alteração no Regimento, o texto permanecerá insatisfatório como está agora, tanto no que concerne ao caráter da avaliação quanto à composição da CPA.

A Adusp reconhece o peso desta argumentação de professor Hélio, mas considera importante esse debate amplo e democrático sobre o tema em pauta. A Reitoria, porém, prefere aprovar mais rapidamente a mudança regimental. De todo modo, caso o CO venha a aprovar a proposta de mudança do Regimento, com as modificações sugeridas pelo professor Colli, com base nas críticas da Adusp, a Reitoria comprometeu-se a promover então um amplo debate sobre a questão, antes de estabelecer, por deliberação do CO, as diretrizes e perspectivas da avaliação institucional, que seria coordenada pela nova CPA.

Grupo de trabalho

O grupo de trabalho da Adusp sobre avaliação continuará discutindo a questão. Todos os colegas serão bem-vindos às reuniões que ocorrerem às segundas-feiras, 12:30 horas, na sede da Adusp.

Agora, reitor pode resolver pendências com a CERT

Na reunião de 22/4, os representantes da Adusp entregaram ao professor Adolpho Melfi uma relação de 42 nomes de docentes concursados que foram vítimas de abuso de poder por parte da CERT. No ofício que acompanhava a relação, a diretoria da Adusp informa que esses docentes "encontravam-se no exercício permanente do RDIDP, ou em regime de experimentação há mais de oito anos, quando da realização dos concursos públicos".

O ofício faz referência à manifestação do Reitor na audiência concedida à Adusp

em 13/2, de que os processos dos professores em exercício permanente no RDIDP antes da realização de seus concursos não deveriam ter sido encaminhados à CERT.

No documento, a Adusp solicita providências "para que estes docentes e todos os outros que se encontram nestas situações sejam tratados como docentes em exercício permanente do RDIDP, sendo portanto dispensados de atender às exigências propostas pela CERT, como a de apresentar novos relatórios ou a de responder aos questionamentos sobre permanência no RDIDP".

JURÍDICO

Atenção pensionistas!

A Adusp alerta para o fato de que é possível ingressar com ação contra o IPESP visando obter o valor integral da pensão, e não mais os 75% desse valor. Em caso de dúvida, entre em contato.

A Adusp oficiou à Consultoria Jurídica da Reitoria na data de 28/4/02, solicitando informações a respeito da posição firmada por esse órgão quanto à legalidade dos termos de adesão a serviço voluntário. Até o momento estamos aguardando a resposta da CJ.

Veja na próxima edição informações sobre o andamento da ADIN contra os 6 anos do regime de experimentação, situação da Ação do Gatilho e pedido de esclarecimentos à CJ sobre trabalho voluntário.

Debate em Piracicaba discute saúde, previdência e expansão de vagas

Foi realizado em 19/4, na Esalq, o II Fórum de Debates Adusp-Regional Piracicaba, tratando dos temas saúde, previdência e expansão de vagas no ensino superior público de São Paulo. A mesa foi composta pelos deputados estaduais César Callegari (líder do PSB na Assembléia Legislativa), Duarte Nogueira (líder do governo, PSDB) e Roberto Moraes (PPS); por Tadeu Ribeiro, representante do deputado Jamil Murad (PCdoB); e pelos professores Adolfo Melfi, reitor da USP, e Ciro Correia, presidente da Adusp.

Feita a abertura dos trabalhos pelo professor Flávio Tavares, diretor regional da Adusp, falaram os deputados e os representantes acadêmicos, e seguiu-se a discussão coordenada pelos professores Cássio H. de Abreu e Marcílio Almeida, representantes do CENA e da Esalq no Conselho de Representantes da Adusp.

Na saúde, o Iamspe conta apenas com a contribuição dos funcionários (2% do salário mensal), faltando a contrapartida do governo, que permitiria dobrar sua receita. Tramitam na Assembléia Legislativa projetos com o objetivo de isentar algumas categorias da contribuição, o que é um contrassenso.

O professor Ciro ressaltou a importância de a Reitoria divulgar o manual do usuário do Sisusp, lembrando que o manual está pronto desde setembro de 2000, segundo informação da professora Maria Lúcia Lebrão, superintendente do Hospital Universitário.

O presidente da Adusp também expressou a convicção de que a USP deveria utilizar uma parte dos recursos financeiros de que dispõe (encontrando-se em situação mais confortável que a Unesp e Unicamp) para investimentos no HU e no Sisusp nos demais



Flávio Tavares

campi. O Reitor informou que o manual do usuário será publicado em breve.

Previdência

Sobre a previdência, tanto a Adusp como a Reitoria defenderam que deveriam existir dotações orçamentárias específicas, de forma a evitar que recursos para este fim fossem confundidos com despesas destinadas à educação, devendo contudo permanecer sob administração das universidades públicas estaduais. As leis que regem a matéria remetem a questão ao domínio do Estado, dificultando as gestões administrativas na universidade. Sendo este um dever do Estado, observa-se que o tema não está sendo tratado com a importância devida.

Entende-se que os recursos são finitos e que não há como aumentar a dotação para uma finalidade específica, sem comprometer outras necessidades também importantes. O presidente da Adusp defendeu, no entanto, a tese de que estes e outros problemas de falta de recursos poderiam ser solucionados combatendo-se adequadamente a evasão fiscal e a sonegação de impostos (e que a universidade, pela credibilidade e função social, deve dar sua con-

tribuição às políticas públicas sobre essas questões). Estima-se que a arrecadação poderia ser dobrada, gerando receita que poderia ser aplicada no ensino, bem como em outras áreas que o governo atende inadequadamente.

Seria o caso, inclusive, da expansão de vagas no ensino superior público de São Paulo, que tem modesta participação do governo federal, e atende apenas 12% da demanda. Com o devido investimento ela poderia viabilizar-se sem perda da qualidade do trabalho universitário. Neste aspecto, todos concordaram que a qualidade não pode ser comprometida e que a Universidade pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento da qualidade nos níveis básicos e médios, como afirmou o Reitor.

Cruesp enganou-se

O presidente da Adusp e o Reitor comentaram a proposta enviada pelo Cruesp à AL no ano passado para a expansão de vagas nas universidades paulistas. Foi esclarecido que na verdade foram computadas cadeiras vazias em sala de aula, sem levar em conta as especificidades de cada curso e sua periodicidade. O professor Ciro ci-

tou como exemplo o Instituto de Geociências, que tem cursos integrais e teve as “cadeiras” não ocupadas à noite computadas como vagas ociosas, da mesma forma que em outras unidades.

O professor Melfi concordou, e esclareceu que as universidades não têm 16.000 vagas ociosas como constou no documento do Cruesp, mas talvez 1.600. Também destacou que essas vagas se originam na evasão, que vem diminuindo e tem sido resolvida através de medidas para preenchê-las por meio de uma nova seleção pela Fuvest, seguida de matrículas complementares.

O evento promovido pela Regional Piracicaba contou com número expressivo de participantes. Ele ofereceu uma contribuição valiosa para o debate destas questões que têm nos afligido constantemente: o equacionamento da previdência pública, o direito ao atendimento de saúde com qualidade e da demanda social por mais vagas no ensino superior público.

Ao final dos trabalhos do Fórum, o reitor elogiou a iniciativa da Adusp Piracicaba, e comentou que eventos dessa natureza poderiam ser organizados nos outros *campi*.

Coned reafirma defesa da escola pública

Américo Kerr

Discutir alternativas para transformar a educação brasileira. Foi com esse objetivo que cerca de 5 mil estudiosos, professores e demais especialistas em educação de todo o Brasil se reuniram no 4º Coned – Congresso Nacional de Educação, realizado em São Paulo entre os dias 23 e 26 de abril.

Com o tema Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível, o 4º Coned teve conferências, mesas redondas e grupos de trabalho que discutiram mudanças na atual educação brasileira e defenderam uma educação pública, gratuita e com qualidade social.

“A escola pública é o lugar da produção da liberdade. É onde se produzem seres capazes de interrogar seu destino”, afirmou Francisco de Oliveira, professor aposentado da USP, na conferência de abertura. Ele criticou a maneira com que a escola pública vem sendo tratada. “O problema não é falta de recursos”, afirmou. “São as opções e escolhas realizadas para a aplicação desses recursos. Estão matando a escola pública. E, tratada dessa maneira, a educação não será mais o lu-

gar criador de liberdade”, concluiu.

Analfabetismo

Avaliações, universidade privada e analfabetismo funcional foram temas também abordados na conferência de abertura – e discutidos, nos outros dias, durante as mesas redondas. “A política de não repetência esconde e cria analfabetos funcionais em um mundo em que a complexidade é cada vez maior”, disse o professor Oliveira sobre a progressão continuada, sistema de ensino adotado desde 1998 pelo Estado de São Paulo, em que somente há reprovação no final de ciclo (quarta e oitava séries).

Mas não é apenas de debates que é feito o Coned. Nos congressos anteriores (1996 e 1997, em Belo Horizonte, e 1999, em Porto Alegre), os participantes elaboraram o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira – antagônico ao PNE do governo. Neste ano, a proposta é elaborar e implementar planos estaduais e municipais de educação – além de consolidar o PNE-Proposta da Sociedade.



A partir do debate nas mesas-redondas, grupos de trabalho e apresentações durante o 4º Coned, os participantes são instigados a apontar mudanças – sempre retomando o caminho dos congressos anteriores.

Desta maneira, os educadores tomam iniciativas políticas em busca de soluções para os problemas na educação brasileira. “Não vamos buscar soluções em Washington, no FMI. Nós estamos construindo as alternativas. Elas estão na cabeça e no coração das pessoas”, definiu Fernando Rodal, da Confederação dos Educadores Americanos, na instalação oficial do 4º Coned.

Colegas da USP e vários membros da diretoria da

Adusp participaram dos debates sobre os temas em pauta no 4º Coned. A mesa “A quem interessam as fundações criadas nos espaços públicos?” reuniu como palestrantes o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, Cristiano Zenaide (Fasubra), Luis Künzle (Cefet-PR) e Valdemar Sguissardi (Unimep). “A lógica mercantilista e a perspectiva de hegemonia das fundações privadas nos ambientes em que atuam são incompatíveis com a necessária isenção, autonomia de gestão e perspectiva de desenvolvimento humano e social inerentes ao espaço público e, em particular, às universidades públicas”, destacou o professor Ciro.

VITÓRIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Conselho de Pós-Graduação veta cursos pagos

O Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) deliberou, em sua reunião do dia 24/4, pela suspensão da aprovação de cursos de especialização pagos na Universidade. Já há algum tempo, a decisão vinha sendo cobrada pelos representantes discentes.

Na sessão anterior da CoPGr, em 10/12/01, os representantes discentes pediram vistas dos processos de autorização de quatro novos cursos pagos: “MBA-Administra-

ção de Projetos” e “MBA-Executivo de Finanças” (FEA); “Ortodontia e Ortopedia Facial” (FORP); “Biotecnologia: aspectos de biossegurança na produção e comercialização de OGMs” (ICB). Com isso, conseguiram impedir a aprovação desses cursos, que estava em pauta, adiando a decisão para a sessão posterior.

Na reunião de 24/4, novamente os estudantes se mobilizaram no sentido de levar o CoPGr a rejeitar es-

ses cursos, visto que ferem o princípio (e o direito) de gratuidade do ensino público. Os RDs conseguiram convencer a pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Vilela, e os demais conselheiros, destacando a importância de se defender que não hajam cursos pagos na USP.

Assim, nesta reunião foi aprovado por maioria o seguinte:

Está suspensa a aprovação de novos cursos de espe-

cialização, salvo os cursos gratuitos.

Será constituído um grupo de trabalho para estudar a problemática dos cursos de especialização, com cronograma de tarefas dentro do presente ano.

Será constituído um grupo de trabalho para estudar os mestrados profissionalizantes.

Trata-se de uma importante vitória na luta pela defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade.